

**PROFESSOR,  
ASSOCIE-SE À  
APROPUC**

# PUCViva

Nº 983 - 11/4/2016

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

## PROSSEGUEM MANIFESTAÇÕES CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL NA PUC-SP

Na semana passada a comunidade voltou a se manifestar repudiando os atos de violência cometidos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo na noite de 21/3. Os atos de selvageria contra estudantes, professores e funcionários da universidade repercutiram na mídia e originaram uma série de manifestos de repúdio dentro

e fora da PUC-SP. Nesta edição publicamos mais alguns documentos e depoimentos provenientes de unidades da PUC-SP, alunos e entidades de fora da universidade.

Também reproduzimos matéria a partir dos depoimentos colhidos nas sessões de escuta que a Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde realizou. Os de-

poimentos emocionaram aqueles que lá compareceram e trouxeram novos elementos para a compreensão dos atos da PM.

Estudantes de Direito também estão se mobilizando junto com os professores para instaurar um inquérito policial para apurar os fatos da segunda-feira, 21/3. Aqueles que quiserem contribuir

com depoimentos devem entrar em contato com [bzolfanivizzzone@gmail.com](mailto:bzolfanivizzzone@gmail.com).

A Faculdade de Ciências Sociais também está relacionando os diversos depoimentos para compor um dossiê sobre a violência policial.

Leia nesta página e nas seguintes os desdobramentos dos lamentáveis acontecimentos do dia 21/3.

## Faculdade promove espaço de escuta sobre ação policial na universidade

Tendo em vista os acontecimentos do último dia 21/3 na PUC-SP, quando a Polícia Militar reprimiu de maneira truculenta as manifestações de estudantes na Rua Ministro Godói, a Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, FACHS, promoveu, na semana passada, um espaço de escuta acerca dos ocorridos.

A proposta do encontro era escutar os que sofreram e/ou testemunharam a vio-

lência policial com a finalidade de registrar, dimensionar e propor ações para o enfrentamento da violência em suas diversas instâncias. A escuta se restringiu a testemunhos, gravados ou não, sem qualquer julgamento de valor ou posicionamento político, sempre acompanhada por duas professoras e aberta para todos os presentes ouvirem.

continua na próxima página



ANDRESSA VILELA

Estudante relata sua experiência durante a ação policial de 21/3

**CONTRA O IMPEACHMENT !**

**CONTRA OS AJUSTES DO GOVERNO DILMA!**

**PELA ORGANIZAÇÃO AUTÔNOMA DOS TRABALHADORES!**

**FUNCIONÁRIO**

**Fortaleça sua entidade!**

**Associe-se  
à AFAPUC**

continuação da página anterior

Durante os encontros, estudantes e professores deram depoimentos, independente de seu posicionamento político, mas alguns não quiseram se identificar com medo de represália. Estudantes que se opunham ao ato em defesa do impeachment, se posicionaram veementemente contrários à ação policial realizada aquele dia. De acordo com tais estudantes, o que os incomodou num primeiro momento foi o microfone e a música muito altos que vinham do carro de som localizado na rua. Segundo uma estudante de direito, a união dos estudantes “contra o golpe” se deu de maneira es-

pontânea, uma vez que já tinham observado a PM sendo ostensiva com alguns poucos alunos.

De acordo com os depoimentos de quem se colocava contra o impeachment, as pessoas que tinham voz no microfone proferiam falas desrespeitosas e machistas em relação à presidenta Dilma, assim como em relação aos professores e estudantes da PUC-SP que são de esquerda. Além disso, segundo tais estudantes, a ação da PM foi totalmente desnecessária, uma vez que não se abriu ao diálogo e iniciou um confronto que sequer existia num primeiro momento.

Uma das estudantes de Serviço Social afirmou ainda que apanhou da PM en-

quanto cantava palavras de ordem contra a repressão policial e contra o golpe, o que a causou uma hemorragia interna, levando à necessidade de micro cirurgia. A estudante passa bem, mas afirma que o acontecimento a traumatizou, observação encontrada na fala de diversos estudantes.

Por outro lado, um estudante de economia da PUC-SP, que participou da organização do ato que defendia o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, afirmou que ficou chocado com a violência que partiu dos colegas que se opunham ao impeachment, chamando-os de fascistas. “A universidade se diz democrática, mas fomos oprimidos e sofremos vio-

lência contra nossa liberdade de expressão”, afirmou.

Outros estudantes que também participaram da organização do ato deram depoimentos parecidos. Um estudante de direito afirmou que a presença da PM se fez necessária uma vez que havia muitas pessoas na rua, principalmente a partir do momento em que o grupo “pró Dilma” se tornava muito agitado. Segundo ele, a universidade deu tratamento diferente ao ato desse dia e ao movimento que aconteceu na semana anterior, no TUCA, chamado de “Ato em Defesa da Democracia”.

A FACHS deve organizar um documento relatando os depoimentos ouvidos durante a escuta.

## APROPUC reitera agendamento de reunião sobre o acordo interno

A APROPUC enviou novo ofício solicitando reunião com o secretário-executivo da Fundasp para a discussão das questões pendentes no novo Acordo Interno dos professores. O texto atual expirou em 28/2 e aguarda-se nova reunião para que um novo texto seja aprovado (veja ao lado o texto da solicitação).

Na folha de pagamento deste mês a Fundasp adiantou para os professores e funcionários 5,5% do reajuste que deveria vigorar a partir de 1/3. Para os professores também foi creditado 1% a mais relativo ao acordo da dívida de 7,66%.

O Sinpro-SP recomendou às mantenedoras que antecipassem o valor relativo à inflação medida pela cesta de índices, o que equivaleria a 10,57%. Porém a PUC-SP só adiantou metade desse valor.

### FUNCIONÁRIOS

A AFAPUC realizou mais uma reunião com o secretário executivo da Fundasp e ainda aguarda acertar de propostas pendentes. Uma nova assembleia dos funcionários deverá acontecer no dia 14/4, às 14h.

### A manifestação da APROPUC

Ao Secretário Executivo da Fundasp  
Revmo. Sr. Pe. José Rodolpho Perazzolo

Prezado Pe. Rodolpho  
A APROPUC-SP tem, reiteradamente, solicitado agendamento da reunião para decidir acerca do Acordo Interno dos Professores da PUC-SP, expirado em 29/2/2016, sem sucesso.

Por isso, mais uma vez, reafirmamos a urgência de resolvermos os pontos ainda em aberto acerca do referido Acordo, bem como outros assuntos ainda pendentes (como por exemplo o pagamento dos 7,66 dos professores de Sorocaba que não assinaram o acordo extrajudicial, a situação dos professores que atingirem 75 anos, a situação do prof. Odair Silva Soares, confor-

me explicitado em e-mail encaminhado em 23/3/2016, por sua solicitação).

Assim, gostaríamos de agendar o mais brevemente possível essa reunião que entendemos de interesse mútuo.

Atenciosamente,

João B. Teixeira da Silva  
Presidente da APROPUC

# ASSEMBLEIA dos Funcionários

14/3 - 14h - sala a confirmar

ACORDO INTERNO DE TRABALHO

## Violência na PUC-SP

### Curso de Serviço Social

#### Manifesto

A PUC-SP vem se constituindo, ao longo de sua história, como uma universidade que tem se posicionado firmemente em favor do direito de livre expressão e contra atos de barbárie. Nessa direção, os professores do curso de Serviço Social manifestam a sua indignação e repúdio aos atos de violência efetivados pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, que agrediu, ferindo alunos e professores desta Universidade que se mani-

festavam em defesa do estado democrático de direito, contra um ato ofensivo às nossas tradições democráticas.

Os acontecimentos de 21 de março exigem dos órgãos colegiados desta universidade um firme posicionamento para que se apurem as responsabilidades pelas agressões físicas promovidas pela Polícia Militar ao nosso corpo docente e discente presentes no ato.

### C. A. de Serviço Social

#### Nota de repúdio sobre 21/3

Nós, alunos(as) do Centro Acadêmico do Serviço Social - CASS da PUC/SP, repudiamos veementemente as agressões físicas cometidas pela Polícia Militar do estado de São Paulo contra estudantes e professores(as) da Universidade, no auge de uma manifestação democrática contrária ao ato instalado pró Golpe. Repudiamos em igual teor, os ataques verbais proferidos por uma minoria de estudantes no ato pró Golpe, do alto de um trio elétrico alugado - o que demonstra a classe social em que ocupam e os interesses de quem defendem - louvando e incitando a PM/SP a praticar sua costumeira truculência.

Um discurso falacioso e fascista, desconhecedor da tradição marxista e resistente - ao Golpe Militar de 1964 e dos anos ditato-

riais - da Universidade em que "estudam" (ou seria "consumem", como uma marca?) Vimos o estado de exceção dentro de uma Universidade, embora conheçamos essa realidade cotidiana e duramente vivida pela população pobre e negra desse país, a qual muito de nós compõe.

Está posto uma disputa de projeto societário que transcende ao partidário. É a luta de classes viva e presente!!! Nossa homenagem à professora Rosalina Santa Cruz, resistente em todos os tempos de ameaça democrática, na representação de todos(as) estudantes e professores(as) que resistem! Por DIREITO, LIBERDADE E JUSTIÇA SOCIAL, estamos em coro: "FASCISTAS NÃO PASSARÃO"!!!

CASS - PUC/SP.

### Depto. de Direito Público

#### Nota pública de repúdio

O Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da PUC/SP vem a público repudiar com veemência a ação inadequada e desproporcional de parte da Polícia Militar do Estado de São Paulo que investiu, segundo reportagem publicada hoje no jornal Folha de São Paulo, com cassetetes, gás de pimenta, bombas de efeito moral e balas de borracha, contra estudantes desta Universidade que protestavam pacificamente contra o impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo se notabilizou no passado por sua luta contra a

ditadura e a violação sistemática dos direitos humanos. Sofreu por isso uma invasão da polícia em 1977 e um incêndio criminoso na década de 1980. É uma Instituição com sólidos vínculos com o pensamento e os movimentos de esquerda e por isso não se constituiu num local apropriado para a divulgação de discursos preconceituosos, de ódio, que incitem a violência ou atentem contra a ordem jurídica, ainda que sob o simulacro da legalidade.

**Silvio Luís Ferreira da Rocha**  
Chefe do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da PUC/SP

### Núcleo de Sociabilidade Libertária - Nu-sol

#### Nós somos assim

Há uma década, a polícia entrou na PUC-SP para prender um jovem acusado de tráfico de drogas. Quase ninguém disse não. Depois, incapaz de exercitar o diálogo democrático e com anuência do Conselho Universitário, a reitoria chamou a polícia para a reintegração de posse do seu espaço, ocupado pelos estudantes. Quase ninguém disse não. Na última semana, um caminhão estacionou em frente à PUC-SP às 18h e iniciou um barulho insuportável com a finalidade de impedir as aulas. O número irrelevante de integrantes pró-impeachment zurrava pelos alto-falantes. Outro

grupo reduzido postou-se próximo ao caminhão e contestou. A polícia já estava lá. De repente, apareceu a tropa de choque, que funcionou de escudo para os proprietários do trio elétrico. Obviamente, ela tomou partido e distribuiu violências, como é de praxe, pela rua e em direção a nós, no prédio da universidade. Quase todos dizem que houve excessos, uma ação descabida e desrespeito à paz. A polícia é o que é, a paz é a de quem ela defende, ninguém foi atrás do trio elétrico e a PUC-SP mudou.

<http://www.nu-sol.org/flecheira/pdf/flecheira425.pdf>

### Departamento de Economia

#### Nota pública de repúdio

O Departamento de Economia da FEA-PUC/SP vem a público repudiar a ação perpetrada, na noite de 21 de março, pela Polícia Militar a qual agiu de forma despropositada, fazendo uso de cassetetes, gás de pimenta, bombas de efeito moral e balas de borracha contra estudantes desta Universidade que se manifestavam em frente à portaria da Rua Ministro Godoy. A Polícia Militar, além de atingir os estudantes na rua, desferiu projéteis e bombas de gás lacrimogênio contra janelas e corredores do Edifício Bandeira de Mello onde se encontravam alunos, professores e funcionários da Instituição, causando tumulto e ferimentos, demonstrando comportamento inadequado para lidar com a situação apresentada. Este é um fato de grave natureza

ao ferir a autonomia universitária desta Instituição. Infelizmente essa situação não é nova para a PUC-SP que sofreu, em 1977, a trágica invasão pelas tropas comandadas pelo coronel Erasmo Dias e, em 1984, o incêndio criminoso do TUCA. Neste sentido, repudiamos qualquer ação que avilte a liberdade de manifestação de ideias, de posições políticas e o exercício pleno da democracia. Os valores humanistas, a pluralidade dos saberes e o pleno exercício da cidadania são os que norteiam a história da PUC de São Paulo.

O repúdio é a única reação que tais atos merecem.

**Professores do Departamento de Economia - FEA - PUC/SP**

### Centro Acadêmico Leão XIII

#### Repúdio

Recentemente soltamos uma nota informando que somos uma gestão apartidária por entender que representamos alunos que possuem diversas opiniões e posicionamentos políticos.

O ato "pró-impeachment" não foi realizado e nem apoiado pelo Centro Acadêmico Leão XIII, conforme várias pessoas afirmaram.

No entanto, decidimos que não poderíamos nos ausentar depois destes últimos acontecimentos. Na segunda-feira, 21/3/2016,

presenciamos cenas lamentáveis em nossa universidade. Deixamos aqui nosso repúdio aos atos de violência que presenciamos e que são cenas lamentáveis num ambiente universitário. Agressões desproporcionais e desnecessárias que feriram o ambiente democrático que a PUC tanto se orgulha.

**Centro Acadêmico Leão XIII - Gestão União FEA-PUC-SP 2016**

## Violência na PUC-SP

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS

# Nota de repúdio aos atos de violência contra os professores, estudantes e funcionários da PUC-SP

Na noite de 21/03/2016 a PUC-SP, infelizmente, foi novamente palco da arbitrariedade e da violência que tem atingido o país nas últimas semanas. É inadmissível que esta universidade que tem sua história marcada pela luta e resistência no campo democrático tenha que conviver com a usurpação do direito e com a mais vil forma de repressão e autoritarismo por parte da Polícia Militar Paulista.

As marcas da resistência estão impregnadas nos corredores e rampas da PUC-SP, seu teatro, o TUCA, é símbolo da força e da luta por democracia. Desde 1977 quando as tropas de Erasmo Dias tentaram calar aqueles que lutavam contra o arbítrio e o autoritarismo da Ditadura Militar, a comunidade puquiiana sempre esteve ao lado das lutas populares e sociais. Na noite de ontem foi à polícia militar do Governador Geraldo Alckmin que tentou silenciar o movimento daqueles que defendem a Democracia. Alckmin um já conhecido repressor dos movimentos sociais, da juventude negra periférica e dos camponeses do interior do Estado de SP. O mesmo que permitiu que Avenida Paulista permanecesse fechada na semana passada por mais de 30 horas, colocando sua tropa de choque para defender os seguidores da FIESP que, como cães de guarda, agrediram e espalharam medo e horror àqueles que "aparentemente" discordavam deles. Uma camiseta vermelha era suficiente para colocar em risco a integridade física dos transeuntes. É com perplexidade que temos vivenciado o avanço do conservadorismo que tem atingido patamares insustentáveis e coloca em risco nossa frágil democracia. A construção de um Estado de Exceção vai se configurando e a judicialização e espetacularização da política contamina, divide e polariza a sociedade brasileira. A cada minuto denúncias de violência e manifestações fascistas são veiculadas nas redes sociais e nas mídias alternativas, enquanto a mídia burguesa finan-

cia e promove perseguições aos movimentos sociais e à esquerda brasileira. Com a falsa dicotomia PT x PSDB que de fato não representam as legítimas lutas sociais, um ambiente de ódio e intolerância cresce e contamina todos os setores da sociedade brasileira e da vida social.

O movimento se intensificou desde que se acirraram as disputas em âmbito nacional. De um lado uma tentativa insana de Golpe por parte da direita e do judiciário com amplo apoio da mídia burguesa, de outro do Governo Dilma que adotou a política do Ajuste Fiscal que destrói direitos dos trabalhadores e criminaliza movimentos sociais, a exemplo da Lei antiterrorismo. Os movimentos sociais autônomos têm de forma intransigente

se manifestado a favor da democracia e contrários ao emitente Golpe da Direita. De nossa parte engrossamos as fileiras daqueles que lutam pela defesa do Estado Democrático de Direito, contra o conservadorismo e a judicialização da política de forma a honrar nossos princípios éticos e políticos que historicamente marcaram o Serviço Social brasileiro. A defesa intransigente da liberdade como plena expansão dos indivíduos sociais, a defesa da democracia e da cidadania, são hoje mais que necessárias. Nosso princípio e horizonte de superação da ordem burguesa passam nesse momento por defender a democracia, a soberania nacional e o direito a liberdade. Sabemos que no acirramento da

luta de classes são os trabalhadores que pagarão o preço alto das disputas com a burguesia, portanto, é necessária nossa organização e luta política.

Não flexibilizar nenhum centímetro na defesa dos direitos, repudiar toda a qualquer forma de violência e arbítrio como os que ocorreram na PUC-SP, denunciar e lutar contra o conservadorismo e o fascismo que tem se ampliado cada vez mais, se manter autônomo a governos e a estar junto aos trabalhadores nas lutas populares e por democracia. Esse é o nosso compromisso, essa é a nossa luta!!

**Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS**

**Conselho Regional de Serviço Social - São Paulo - CRESS-SP**

## Polícia Militar ataca estudantes da PUC-SP

Uma ação da Polícia Militar de São Paulo na última segunda-feira (dia 21) acabou em forte repressão contra estudantes da PUC-SP. Atendendo a um chamado para garantir a segurança entre grupos favoráveis e opositores ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff que realizavam atos em frente à universidade, a tropa da Força Tática avançou contra o grupo de jovens que fazia oposição ao ato antigovernista. De acordo com nota de repúdio à violência policial emitida pela Associação de Professores da PUC (APROPUC) e da Associação de Funcionários Administrativos da PUC (AFAPUC), a ação da Polícia Militar foi truculenta e feriu a autonomia universitária, relembrando a invasão ocorrida no período da Ditadura Militar.

"A ação truculenta da PM contra estudantes [que se posicionavam contra a manifestação pró-impeachment] fez uso de cassetetes, bombas de efeito moral, projéteis de borracha causando tumulto e

ferindo pessoas. A violência da PM se ampliou ao deflagrar bombas de efeito moral contra os estudantes que se manifestavam pacificamente dentro da Universidade, nas janelas e varandas de todos os andares do Edifício Bandeira de Melo", denuncia a nota. Ainda de acordo com a associação, a direção da universidade teria sido omissa aos pedidos da APROPUC para que se tomassem providências em favor da segurança dos estudantes. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social também emitiu repúdio à ação da PMSP, declarando posição em "defesa do Estado Democrático de Direito, contra o conservadorismo e a judicialização da política de forma a honrar nossos princípios éticos e políticos que historicamente marcaram o Serviço Social brasileiro".

A Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo informou que a repressão se fez necessária porque estudantes ar-

remessaram latas e garrafas contra os PMs. No entanto, um vídeo gravado pela TVPUC mostra o momento em que os policiais avançam contra jovens que cantavam palavras de ordem.

As ações da Polícia Militar ocorrem em um contexto de aumento da repressão do Estado contra movimentos sociais e contra as liberdades democráticas. Em meio à crise política vivenciada pelo governo Dilma Rousseff, uma série de leis têm ameaçado garantias constitucionais, tais como a Lei Antiterrorismo (Lei 13.260/16), sancionada pela presidenta na última quinta-feira (dia 15), bem como a recorrente impunidade às violações aos direitos humanos cometidos pelas polícias militares.

A Lei 13.260/2016, que esteve em debate no ano de 2015, instituiu os crimes de "terrorismo" e delitos colaterais e poderá ser-

continua na próxima página

## Violência na PUC-SP

continuação da página anterior

### Depoimento da estudante Fernanda Grandino

vir como ferramenta de repressão contra movimentos sociais e a população em geral, de acordo com ONGs, especialistas e entidades de direitos humanos. A nova lei poderá utilizar elementos subjetivos que poderão ser punir pessoas por até 30 anos de prisão, como denuncia a ONG Artigo 19. "As ações proibidas pela lei 13.206/16 já encontram tipificação legal nos dispositivos da inflada legislação penal brasileira, que já conta com mais de 1.600 tipos penais", declara a ONG.

Já as acusações de "violações sistemáticas aos direitos humanos pela Polícia Militar de São Paulo" têm sido alvo de críticas de movimentos sociais e defensores dos direitos humanos, como denuncia audiência temática na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, marcada para ocorrer no dia 7 de abril em Washington, EUA.

De acordo com documento produzido por conta da repressão contra estudantes secundaristas que lutavam contra a "reorganização escolar" do governo Geraldo Alckmin, a militarização das polícias tem sido utilizada como forma de coagir e reprimir violentamente a população brasileira. A pauta da desmilitarização das polícias vem sendo discutida pelo conjunto CFESS/CRESS em consonância com o compromisso ético-político de assistentes sociais, que atuam na defesa intransigente dos direitos humanos e na recusa do arbítrio e do autoritarismo.

O CRESS-SP tem encabeçado as discussões sobre o tema, como através de mesas, publicações e debates, a exemplo do Seminário Estadual de Ética e Direitos Humanos, e também através de documentos, como a "Carta do Rio", produzida por conta do 44º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, intitulada "Pelodireito à luta e resistência: contra a militarização da vida, da política e da polícia".

O CRESS-SP se solidariza com estudantes, professores e funcionários da PUC-SP e cobra do governo do estado de São Paulo a responsabilização do Secretário de Segurança Pública Alexandre de Moraes

**Esta nota foi publicada originalmente em <http://cress-sp.org.br/policia-militar-ataca-estudantes-da-puc-sp/>**

Cheguei à PUC pela Rua Monte Alegre por volta das 20h30 e, assim que cruzei a prainha e entrei no Prédio Novo comecei a ouvir um som alto, de palavras de ordem gritadas num microfone. A voz dizia coisas como "somos a maioria! Temos que lutar pela democracia, não podemos permitir um golpe". Pensei comigo "oh, mas que grata surpresa, um ato pela defesa da democracia na PUC!". Foi quando a voz disse "Pela defesa da democracia, pela defesa do Juiz Sergio Moro". Epa... Me dirigi à sacada do quarto andar que dá para a Rua Ministro de Godói e pude observar um carro de som com uma faixa estampada com "PUCPELOIMPEACHMENT" e algumas dezenas de pessoas com bandeiras do Brasil e roupas verde e amarela. Alguns estudantes se aglomeravam na escadaria e ao redor do carro de som. Algumas tentativas de resposta aconteciam, mas a voz no microfone dizia "queremos agradecer ao pessoal que está aqui fazendo volume no nosso ato". Respirei fundo. Nada de novo sob o sol: mais um dia em que eu não pertencia à PUC e a PUC não pertencia a mim.

Me encaminhei para a orientação de TCC e, ao sair da sala, ouvi a voz do carro de som dizer que eles eram democráticos e que no dia do ato "pró PT" ninguém atrapalhou os discursos feitos e nem pediu a palavra, então ele não precisava cedê-la aos seus opositores que já cercavam o veículo (claro que ele não sabia que, durante o ato a que ele se referia, alguns moradores dos prédios próximos à PUC arremessaram ovos nos participantes do evento). Alguma confusão começou entre os manifestantes e a voz, já em tom histérico, começou a dizer que eles eram de paz e que estavam sendo agredidos - primeira aproximação policial. (...) Em determinado momento, acho que quando cheguei ao segundo andar, parei junto à varanda para observar a movimentação e pude ver uma das ideias mais geniais que um pessoal poderia ter tido: colocaram um Datashow no parapeito da sacada, conectado a um computador, projetando no prédio em frente à PUC palavras de oposição ao discurso odioso da voz. A cada sandice proferida ao microfone, uma contestação escrita no prédio. Até que escreveram "cuidado: o choque chegou".

Eu não conseguia entender como é que ninguém estava reagindo à voz. Ninguém gritava nada contra eles, só assistiam parados, pendu-

rados na sacada. Ao mesmo tempo eu repetia para mim mesma "você não vai descer. Você está de casaco vermelho, você é pequena. Isso é perigoso, você vai se machucar, você não vai descer e não vai gritar". Gritei: NÃO VAI TER GOLPE. Ninguém me acompanhou e eu voltei a me calar. (...) Foi quando eu ouvi as piores palavras que eu jamais imaginei poder ouvir dentro da PUC: viva a PM.

Aí já era demais. Desci até o subsolo e vi que havia uma movimentação maior de estudantes contrários ao golpe na rua. Me juntei a eles. Considerando a configuração do embate, o clima estava tranquilo. Havia um grupo de não mais do que dez policiais entre o grupo do carro de som e o grupo dos estudantes, que trocavam palavras de ordem. O grupo contrário ao impeachment, no qual agora eu estava inserida, começou a se aproximar do carro de som e, conseqüentemente, da PM que, em poucos instantes, iniciou sua segunda investida. Avançaram sobre o grupo de estudantes com os escudos, os cassetetes e as armas de bala de borracha em riste - quase tão gentis quanto foram na remoção do pessoal que ficou mais de 30 horas na Paulista na semana passada, sabe? Corremos para longe e eu subi a escadaria da PUC. O Choque recuou e voltamos para a rua. Eles voltaram a gritar "viva a PM", ao que respondíamos "Não acabou, tem que acabar: eu quero o fim da polícia militar!".

<https://www.facebook.com/brasil-defato/videos/1058105207570776/>

Nosso grupo foi crescendo gradativamente e, em pouco tempo, nosso grito se sobrepunha aos berros da voz com microfone. Só parávamos de gritar quando eles punham músicas. Nossas músicas. Músicas compostas por pessoas que discordam da posição deles, que defendem a democracia, condenam o abuso de poder, a violência policial. (...) Eles não faziam a menor ideia do que estavam fazendo lá. Eles estavam em uma Universidade que foi pólo de resistência ao regime autoritário, que ao longo de sua história, foi palco do livre pensamento e da liberdade de ideias e cuja reitora na década de 1970, a professora Nadir Kfourri, proibiu a entrada dos militares no prédio. Eles só sabem reproduzir discursos que não foram eles que criaram, sem refletir sobre o que está sendo dito, sem perceber quem está por trás do que eles defendem, sem medir as conseqüências

das ações que eles esperam que sejam tomadas. Eles pediam, ao mesmo tempo, pela renúncia e pelo impeachment da presidenta. O ódio e a ignorância estão de mãos dadas e essa nunca é uma combinação feliz.

Perto das 21h40 a voz no microfone disse que, para não incomodar a vizinhança, estariam encerrando o ato após a execução do hino nacional. (...) Conforme eu entrei no prédio e subi um lance da rampa percebi uma movimentação diferente na rua: os manifestantes pró impeachment desceram do carro de som e se perfilaram frente ao grupo de estudantes contrários ao impeachment - sempre, é claro, com a digníssima PM posta entre os grupos e voltada para o grupo contra o impeachment, apontando suas armas para os estudantes na rua e também para os que estavam na escadaria e pendurados nas janelas. Ao fim da música, os grupos começaram a gritar e, enquanto os estudantes contra o impeachment gritavam pelo fim da PM, os policiais começaram a disparar bombas de efeito moral, balas de borracha e avançavam sobre os estudantes, enquanto o outro grupo rapidamente se dispersou. Eu vi tudo isso da janela e tentei filmar, mas confesso que senti medo e me abaixei. Quando levantei, estava pronta para gritar contra a PM e os seus apoiadores, mas senti a garganta fechar e o nariz arder. O tal gás de efeito moral. Os estudantes dispersaram e eu fui embora tossindo.

Acho que foi o primeiro momento, desde 2011, em que estar na PUC fez sentido na minha vida. Pensei na Lara Lavelberg. Em 2013, quando assisti ao documentário "Em busca de Lara" (disponível no netflix) fui tomada por uma emoção tão forte que me fez chorar quase durante todo o filme. Num determinado momento, um médico que a ajudou na Bahia se emociona ao lembrar dela e diz "uma moça frágil daquela é que ia mudar o destino do Brasil?". Ela não era muito mais velha do que eu sou, quando foi morta pelos militares. Ela lutou ao lado do Lamarca porque acreditava na democracia. Ela também deve ter tido medo, mas não se retirou da luta, mesmo sendo só uma menina.

Eu não sou a Lara. Eu não vou mudar o destino do Brasil. Nós vamos [#NãoVaiTerGolpe](https://www.facebook.com/brasil-defato/videos/1058105207570776/)

**Fernanda Grandino é aluna do curso de Jornalismo este depoimento foi publicado originalmente em <https://okayish.wordpress.com/2016/03/22/puc-sp-21032016/>**

# Grupos de pesquisa criam comitê em defesa da democracia

Vários grupos de pesquisa da PUC-SP, reunidos no ato que debateu a crise brasileira e a democracia, redigiram um manifesto criando um comitê em defesa da democracia e contra qualquer forma de golpismo.

A mesa do debate foi formada pelos professores Antonio Correa de Lacerda, Reginaldo Nasser, Raquel Raichelis Degenzajn, Rosa Maria Marques e Lucio Flavio Rodrigues de Almeida.

A platéia, formada basicamente por alunos, ex-alunos, professores e funcionários lotou a sala de debates e aprovou a tirada da nota que reproduzimos nesta página.

Durante mesa-redonda realizada em 04 de março de 2016, da qual participaram os coordenadores de grupos de pesquisa abaixo mencionados, com a presença de outros professores, estudantes e ex-estudantes da PUC-SP, expressamos nossa profunda preocupação com a atual conjuntura brasileira. Qualquer superação desta crise política e econômica deve passar pela manutenção e aprofundamento, e não pela afronta à democracia que, por mais frágil que seja, não é dádiva dos mesmos poderosos, grandes

meios de comunicação inclusos, que apoiaram e se beneficiaram da ditadura militar, mas das lutas de importantes parcelas do povo brasileiro.

Para seguirmos mobilizados contra qualquer forma de golpismo e pela manutenção e aprofundamento da democracia no Brasil, ao final da mesa-redonda foi deliberada a constituição de um Comitê inicialmente formado pelos núcleos abaixo signatários, que buscará ampla adesão de professores, alunos, funcionários administrativos e ex-alunos da PUC-SP.

Assinam o manifesto

**Grupo de Pesquisa Políticas para o Desenvolvimento Humano (PDH) - Economia.**

**Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE)n-Economia.**

**Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão (NETRAB) - Serviço Social**

**Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)**

**Núcleo de Estudos de Relações Internacionais (NERI) - PUC-SP**

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Servidores públicos organizam ato contra a PL 257

A central sindical Conlutas está organizando um grande ato em Brasília, no dia 14/4, contra o Projeto de Lei 257/2016. O projeto tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados, o que pode significar a sua aprovação em menos de cinco sessões.

Aparentemente o projeto prevê a renegociação da dívida dos estados, mas para que isso ocorra são impostas uma série de condições que comprometem diretamente os serviços públicos e a vida dos servidores. Entre as possíveis consequências da aprovação do projeto os servidores públicos poderão sofrer 1. Congela-

mento de salários e não concessão de vantagens; 2. Destruição da previdência social e dos Regimes Jurídicos Únicos dos servidores públicos estaduais; 3. Cortes no orçamento social para manter o pagamento da dívida pública.

A precarização do trabalho tem sido um dos poucos assuntos que unem governo e oposição. O PT, sob o argumento de enxugamento da máquina estatal e as oposições defendendo os interesses de empresários, fazem com que a corda arrebente para o lado dos trabalhadores.

O PLP 257/2016 não é um caso isolado, hoje tramitam no Congresso cer-

ca de 55 emendas verdadeiras arapucas que ameaçam os trabalhadores brasileiros. Entre elas estão a PL 4302, que trata da regulamentação da terceirização sem limites permitindo a precarização das relações de trabalho; a PL 948 que prevê o impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho; a PL 4193/2012 que estipula a prevalência do negociado sobre o legislado; na mesma direção a PL 7341/2014 que institui a prevalência das convenções coletivas do trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho; já a PL 8294

estimula a livre negociação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato. A relação completa das PLs em discussão nas casas legislativas está em <http://carosamigos.com.br/index.php/politica/6195-55-ameacas-pairam-sobre-os-direitos-trabalhistas-e-sociais>.

Em um momento em que a legalidade ou não do impeachment toma conta das discussões é preciso não perder-se de vista as armadilhas que, de maneira pouco visível na grande mídia, tanto governo, como oposição tramam contra os trabalhadores.

# Conlutas e movimentos ocupam Paulista em protesto

No dia 1/4, sexta-feira, manifestantes concentraram-se no Vão do Masp, na Avenida Paulista, para se posicionarem contra o governo federal e também contra a oposição burguesa. O protesto foi organizado pela CSP-Conlutas, junto com o Espaço Unidade e Ação, e aconteceu em todo o Brasil.

Cerca de cinco mil pessoas compareceram à manifestação em São Paulo, onde Luiz Carlos Prates, membro da Secretaria Executiva Nacional da Conlutas, discursou chamando os trabalhadores à construção da luta através de uma greve geral. "Milhões de trabalhadores, de norte a sul do país, não aguentam mais esse governo. Não aceitamos essa ladainha de golpe. Golpe é quando cortam nossos salários e colocam nas costas dos trabalhadores o ajuste fiscal", afirmou.

Outros trabalhadores, de diversos movimentos sociais, também discursa-

ram nesse sentido, lembrando sempre que o ato não procurava fazer uma defesa do Partido dos Trabalhadores, de empresas ou de patrões, mas se posicionar

## Movimentos sociais saem em defesa de Guilherme Boulos

Guilherme Boulos, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) vem sendo ameaçado e perseguido devido a sua atuação enquanto representante de movimentos sociais. No dia 26/3, o jornal O Estado de S.Paulo divulgou editorial acusando Boulos de ato criminoso, passível de pena de reclusão, por suas declarações durante manifestação em São Paulo no dia 24/3.

O coordenador do MTST proferiu discurso em que alertava que uma eventual ameaça à democracia e aos direitos sociais levaria à reação dos mo-

como uma oposição de esquerda, que busca construir um governo que represente os interesses dos trabalhadores e de populações marginalizadas.

vimentos populares por meio de "greves, ocupações, mobilizações, trava-mentos". Alguns dias depois, dois deputados federais entraram com representação na Procuradoria da República pedindo a prisão de Guilherme Boulos por incitação ao crime, formação de milícia, entre outras acusações.

Diversos movimentos saíram em apoio a Boulos redigindo um manifesto onde defendem a liberdade de expressão e a de manifestação política. A APROPUC assina o manifesto e repudia quaisquer tentativas de criminalização dos movimentos sociais.

## Polícia reprime manifestantes na França

O dia 31/3 marcou a França como um dia de repressão policial a manifestações populares e greves convocadas em todo o país contra o projeto de reforma trabalhista do governo de François Hollande, que promove a precarização das relações de trabalho.

Segundo sindicatos, mais de 100 pessoas foram detidas pelas forças policiais em diversas cidades. Os estudantes secundaristas estão entre os principais críticos da reforma, pois temem que o projeto generalize e precarize as relações de trabalho, já que a reforma prevê maior flexibilidade nas relações trabalhistas e maior margem de negociações às empresas.

## Capes realiza corte de bolsas

Durante a semana passada, a comunidade acadêmica foi surpreendida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), agência do Ministério da Educação (MEC) para fomento da ciência, que bloqueou o acesso de estudantes a mais de sete mil bolsas de pós graduação no país.

O argumento da Capes é de que essas bolsas estavam "ociosas após o fechamento do mês de março de 2016". A decisão é claramente uma economia de recursos aliada ao ajuste fiscal promovido pelo governo Dilma Rousseff. Diversos programas e associações de professores do país já manifestaram o seu repúdio aos cortes feitos pela Capes, inclusive à APROPUC.

# Polícia age com violência na reintegração de posse da MABE

No dia 3/4, a Polícia Militar realizou uma reintegração de posse truculenta na ocupação da empresa metalúrgica MABE, localizada em Hortolândia.

Os trabalhadores, que ocupavam o local desde fevereiro deste ano, foram surpreendidos por uma grande operação policial, que invadiu a fábrica pelos fundos e usou até he-

licópteros na invasão.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, a Oficial de Justiça impediu o Sindicato e seus advogados de acompanharem a ação da Polícia, além de ter realizado o ato de reintegração em um domingo, às 14 horas, após o fim do expediente do judiciário, inviabilizando qualquer tentativa de os ad-

vogados do Sindicato conseguirem um mandado judicial que impedisse a reintegração.

O Sindicato divulgou nota em seu portal afirmando que não vai admitir tamanha truculência e desrespeito aos trabalhadores e que irá permanecer na portaria da fábrica para garantir que o direito de todos os trabalhadores seja respeitado.

# ROLA NA RAMPA

## Serviço Social debate saúde do trabalhador

No dia 6/4, a PUC-SP sediou o debate "Precarização do Trabalho e Saúde do Trabalhador", promovido pelos Núcleos de Qualidade de Vida e Saúde e de Relações de Trabalho do curso de Serviço Social; Núcleo de Estudos e Pesquisa em Aprofundamento Marxista (NEAM) e Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão (Netrap), da Pós Graduação de Serviço Social. Estiveram presentes o Prof. Herval Pina Ribeiro (Diesat), Profa. Maria Beatriz Abramides, coordenadora do NEAM e diretora da APROPUC, Profa. Edvânia Angela Loureiro (Unesp) e Profa. Damares Pereira Vicente (PUC-SP).

A professora Abramides iniciou sua fala destacando que a terceirização é a face mais nefasta da precarização do trabalho, acrescentando, ainda, que dentro do capitalismo, todo trabalho é exploratório e não há possibilidade de igualdade. Após fazer uma retomada históri-



A mesa do debate sobre saúde do trabalhador

ca do momento em que a crise de superprodução atingiu o mundo, levando o trabalhador a viver sob condições ainda mais precárias, Abramides pontuou que o momento pelo qual o Brasil passa exige que os trabalhadores se organizem contra o golpe, mas também contra todas as formas de exploração. Em seguida, Loureiro fez um panorama de sua pesquisa, que entrevistou trabalhadores da área da seguridade social, que trabalham com assistência, saúde e previdência. De acordo com ela, é comum encontrar um cenário de muitos cortes, poucos recursos, falta de reconhe-

cimento profissional, espaço físico inadequado e um grande desgaste.

Nesse sentido, a professora Pereira, ressaltou que o trabalho do serviço social tem acontecido cada vez mais num cenário de violência e condições precárias, ou seja, não há como não haver consequências para a saúde do trabalhador.

Por fim, o professor Ribeiro propôs uma dinâmica que ressaltava a busca para entender, através de artigos de diversos autores, como a ascensão e as crises do sistema capitalista se relacionam e interferem na saúde do trabalhador.

## APROPUC sedia reunião da SE&PQ

A APROPUC sediou, no dia 31/3, a primeira Reunião de Estudos da gestão 2015-2019 da SE&PQ - Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativos em que a Profa Dra Maria Aparecida Viggiani Bicudo proferiu a palestra intitulada Modos de Realizar Pesquisa Qualitativa Segundo a Abordagem Fenomenológica. O evento contou com membros da sociedade, alunos de curso de Psicologia, professores da PUC-SP presentes ao auditório da APROPUC e participantes à distância que se conectaram pelo Skype (sepesquisaqualitativos), YouTube (canal: SE&PQ) e Gmail (sepesquisaqualitativa@gmail.com). De acordo com a Diretoria da SE&PQ a acolhida da APROPUC foi vital para a realização desse evento pelo espaço disponibilizado, pela infraestrutura mediática de apoio e pela acolhida simpática e solidária.

## Debate analisa candidatura de Bernie Sanders

No dia 27/4, quarta-feira, às 19h, o curso de direito organiza um evento sobre "O fenômeno da candidatura Bernie Sanders", que se propõe a entender a candidatura do senador Sanders, do partido Democrata dos Estados Unidos, para as próximas eleições

do país. O evento contará com a presença de Alvaro Bianchi (Unicamp), Caio Zinet (militante do PSOL), Frederico Henriques (militante do PSOL), Samara Marino (militante do PCB) e Wilson Honorio (militante do PSTU) e acontecerá no auditório 239.

## Crise migratória europeia é tema de reunião

O Programa de estudos pós-graduados em economia política junto ao Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais e ao Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional (NACI) convidam para sua próxima reunião, que debaterá a crise migratória europeia. A palestra

fica a cargo do Prof. Dr. João Carlos Jarochinski Silva, doutor em Ciências Sociais/PUC-SP e professor adjunto e coordenador do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima. O encontro acontecerá no dia 14/4, às 14h30, em local a confirmar.

## Professora da PUC-SP lança livro sobre velhice

Na noite da última quarta-feira, 6/4, a professora Silvana Tótora, da PUC-SP, lançou o livro "Velhice: uma estética da existência", pela Editora da PUC-SP (EDUC). O trabalho é permeado pela questão da potência da velhice, no qual a autora afirma a liberação da velhice para o acontecimento da vida. O evento aconteceu na Livraria Cortez.



A professora Silvana Tótora autografa seu livro

## Desmilitarização da polícia em debate na PUC-SP

Estudantes e professores do curso de Psicologia estão organizando uma palestra com a profa Adriana Eiko, Givanildo Manoel e Camila Gibin sobre Desmili-

tarização da polícia e da política" na semana de integração da psicologia." O evento acontece no dia 13 de abril às 19h. no auditório 333